



República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA

Exma. Senhora,

Presidente da Comissão C

Cedelizia Faria dos Santos

N/referencia: 590 /VI/3ª/2026 N/processo: Data: 25 /05/2026

Assunto: Envio Relatório e Parecer Setorial

Excelência,

A Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança tem a honra de Enviar a Vossa Excelência o Relatório e Parecer setorial sobre à Proposta de Lei Nº. 31/VI (3ª) Primeira Alteração à Lei 08/2025, de 27 de novembro, Orçamento Geral do Estado para 2026 Junto se anexa o referido relatório.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Comissão

Domingos Augusto "DEKER"

Deputado



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática do Timor-Leste

**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

RELATÓRIO E PARECER SETORIAL

**SOBRE A PROPOSTA DE LEI N.º 31/VI (3.ª)
PRIMEIRA ALTERAÇÃO À LEI N.º 8/2025,
DE 27 DE NOVEMBRO,
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2026**

maio de 2026



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Índice

1. Introdução	3
2. Enquadramento Jurídico	3
3. Designação da Relatora	4
4. Audiências Públicas e Contributos Recebidos.....	4
5. Análise da Proposta de Lei (Entidades Afetadas	6
5.1 Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	9
5.2 Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas	10
5.3 Ministério da Defesa	12
5.4 Falintil-Força de Defesa de Timor-Leste	13
5.5 Ministério do Interior	15
5.6 Polícia Nacional de Timor-Leste	16
5.7 Instituto de Defesa Nacional	18
5.8 Autoridade de Proteção Civil.....	20
Execução Orçamentais das Entidades Públicas Setoriais Acompanhada pela Comissão.....	21
6. Conclusões.....	34
7. Recomendações.....	35
8. Pareceres.....	35
9. Aprovação.....	36

[Handwritten signature]



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

1. Introdução

A Comissão B – Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança procedeu à apreciação setorial da Proposta de Lei n.º 31/VI (3.ª), relativa à Primeira Alteração à Lei n.º 8/2025, de 27 de novembro, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para 2026.

A iniciativa foi apresentada pelo Governo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º e do n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, com pedido de prioridade e urgência.

A proposta surge num contexto internacional marcado por instabilidade geopolítica, volatilidade dos mercados energéticos e riscos acrescidos nas cadeias globais de abastecimento, especialmente no setor dos combustíveis. Segundo a Exposição de Motivos, o Governo pretende assegurar reservas estratégicas, garantir a continuidade da produção de energia elétrica e mitigar impactos económicos e sociais decorrentes de perturbações externas.

No âmbito das suas competências, a Comissão B centrou a análise nos impactos da proposta sobre a política externa, integração regional, segurança interna, defesa nacional, proteção civil, migração, gestão de fronteiras e estabilidade estratégica do Estado.

A Comissão entende que, embora a proposta tenha como eixo central a segurança energética, os seus efeitos projetam-se também sobre matérias de segurança nacional, estabilidade institucional e capacidade de resposta do Estado, justificando uma apreciação setorial cuidada no âmbito da Comissão B.

2. Enquadramento Jurídico

A apreciação da presente Proposta de Lei encontra fundamento na Constituição da República Democrática de Timor-Leste, no Regimento do Parlamento Nacional, na Lei do Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e Gestão Financeira Pública e demais legislação aplicável em matéria orçamental.

A Nota de Admissibilidade n.º 18/2026/DIPLN concluiu que a iniciativa reúne as condições constitucionais, legais e regimentais para admissão e apreciação parlamentar.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

A Comissão toma igualmente nota das observações técnicas constantes da referida Nota, designadamente quanto à formulação de algumas normas relativas a alterações orçamentais e à necessidade de assegurar conformidade com o regime geral de gestão financeira pública.

3. Designação da Relatora

Para apreciação da presente iniciativa foi designada Relatora a Deputada Sancha Margarida Tilman.

4. Audiências Públicas e Contributos Recebidos

No âmbito da apreciação setorial da proposta, a Comissão B realizou audiências públicas com entidades diretamente relacionadas com os reforços orçamentais e impactos estratégicos da proposta de orçamento retificativo.

Foram ouvidas, entre outras, as seguintes entidades:

- Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
- Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas;
- Ministério do Interior;
- Polícia Nacional de Timor-Leste;
- Secretário de Estado da Proteção Civil;
- Ministério da Defesa;
- F-FDTL;
- Instituto de Defesa Nacional.

A Comissão observa que a seleção das entidades ouvidas obedeceu a um critério material: foram convocadas instituições com ligação direta aos reforços orçamentais identificados ou com responsabilidade setorial em áreas de impacto estratégico da proposta, designadamente política externa, ASEAN, segurança interna, migração, fronteiras, proteção civil e defesa nacional.

De forma geral, os contributos recebidos permitiram à Comissão confirmar a relevância do reforço progressivo das capacidades institucionais do Estado, especialmente num contexto de maior exigência regional e internacional.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

As entidades ouvidas sublinharam, de forma geral, a necessidade de reforço progressivo das capacidades nacionais nos domínios:

- da representação externa;
- da coordenação regional;
- da segurança pública;
- da proteção civil;
- da defesa nacional;
- e da gestão de fronteiras terrestres e marítimas.

No decurso das audiências públicas, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e as F-FDTL manifestaram preocupação relativamente às reduções orçamentais constantes da proposta retificativa, designadamente:

- a redução de US\$ 213.000 na componente de Bens e Serviços do Programa de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; e
- a redução de US\$ 105.000 afeta às F-FDTL.

As entidades ouvidas consideraram que tais reduções têm impacto em determinadas atividades operacionais e institucionais ligadas à política externa, defesa e segurança.

O Ministro do Interior informou a Comissão B que a verba da proposta destinam as seguintes; catering, material dos escritórios, uniforme para formadores, medicamentos e combustível.

Após apreciação dos contributos apresentados durante as audiências públicas, os Deputados da Comissão B consideraram pertinente recomendar a manutenção das referidas dotações, tendo em conta as respetivas necessidades operacionais e institucionais.

Após audição pública com o MNEC, a Comissão observa igualmente que a proposta retificativa contempla uma redução de US\$ 213.000 na componente de Bens e Serviços do Programa de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, situação que, segundo a entidade ouvida, poderá ter impacto em determinadas atividades operacionais e de representação externa.

Neste sentido, a Comissão considera pertinente avaliar a possibilidade de manutenção da referida dotação orçamental, tendo em conta as necessidades operacionais associadas à ação externa do Estado e o atual contexto regional.

**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

5. Análise da Proposta de Lei (Entidades Afetadas)

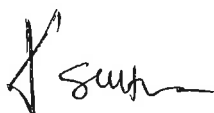
O presente capítulo do parecer setorial incide sobre as modificações orçamentais propostas no OGE 2026 Retificativo para os títulos orçamentais sectorialmente acompanhados pela Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança (Comissão B), procedendo à sua apreciação técnica e apresentando uma análise sucinta do respetivo impacto na implementação dos programas governamentais até final do corrente ano. Identificam-se abaixo os oito títulos orçamentais afetados pelo OGE 2026 Retificativo:

Tabela 1: Entidades públicas fiscalizadas pela Comissão B que serão afetadas pelo OGE Retificativo

Linhas Orçamentais Afetadas nas Linhas Materiais (USD)					
Entidades	Original	Alteração	Redução	Aumento	Valor Final
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	36 334 526	0	-213 959	0	36 120 567
Ministério da Defesa	16 258 818	0	-12,000	0	16 246 818
Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL)	34 600 530	0	-105 000	0	34 495 530
Ministério do Interior	17 477 099	0	-48,079	2 000 000	19 429 020
Polícia Nacional Timor-Leste	49 511 296	0	-41,155	1 000 000	50 470 141
Autoridade de Proteção Civil	7 730 287	0	-58,625	0	7 671 662
Instituto de Defesa Nacional	1 610 388	0	-56,541	0	1 553 847
Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítima	1 902 010	0	-42,253	0	1 859 757

Fonte: Livro OR, anexo 1, linhas Orçamentais afetadas

Conforme retrata a Tabela 1, a proposta de primeira alteração orçamental ao OGE 2026 recentemente apresentada pelo Governo ao Parlamento Nacional (livro orçamental “Relatório”, pág. 56-58) evidencia **ajustamentos para menos e para mais nas dotações orçamentais** das entidades da Administração Central ligadas aos setores da diplomacia, defesa, segurança interna e proteção civil.





COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

Em termos gerais, todas as entidades públicas acima indicadas sofrem reduções moderadas face às suas dotações iniciais no OGE 2026. As únicas exceções são o Ministério do Interior e a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) que, apesar de também sofrerem também algum tipo de corte orçamental, beneficiam simultaneamente de reforços substanciais de USD 2.000.000 e USD 1.000.000, respetivamente, na proposta de Orçamento Retificativo agora apresentada pelo Governo.

O **Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação** registará uma **redução de USD 213.959**, passando de um orçamento inicial de USD 36.334.526 iniciais, para USD 36.120.567. Embora essa diminuição não represente uma quebra estrutural significativa, não deixará de afetar de alguma forma, atividades de cooperação internacional, de representação externa do Estado ou compromissos diplomáticos ponderados para o corrente exercício.

Igualmente no setor da Defesa, para o Ministério da Defesa e para as Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), o OGE Retificativo trará cortes orçamentais. O **Ministério da Defesa** sofrerá uma **redução de USD 12.000**, enquanto as **F-FDTL** registarão um decréscimo **ainda mais expressivo, a fixar-se em USD 105.000**. Apesar de ambos os “cortes orçamentais” serem relativamente limitados face ao volume global do orçamento de ambas entidades, é importante assinalar que esses ajustamentos para menos afetarão certamente despesas operacionais essenciais, entre elas a manutenção de equipamentos ou programas estratégicos de modernização da defesa nacional.

De entre as várias outras entidades públicas acompanhadas sectorialmente por esta Comissão, o **Ministério do Interior** será **entidade mais beneficiada** pela proposta de alteração ao OGE 2026, reforçando a sua dotação orçamental final para USD 19.429.020, ilustrando com isso a prioridade governamental dada ao reforço da segurança interna do país. Igualmente a **Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL)** contará com um aumento orçamental significativo que projetará o seu orçamento final para USD 50.470.141, um aumento que servirá para acomodar financeiramente as despesas com o recrutamento e integração de 750 cadetes.

Por seu turno, a **Autoridade de Proteção Civil** sofrerá uma **redução do seu orçamento de USD 58.625**, enquanto o **Instituto de Defesa Nacional** registará um “corte” de **USD 56.541** e, o **Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítima**, uma **redução orçamental de USD 42.253**. Embora todas estas reduções sejam relativamente moderadas, conforme já referido, importa ao Parlamento Nacional perceber até que ponto poderão comprometer a capacidade de resposta em situações de emergência, de gestão de fronteiras e a formação estratégica na área da defesa e segurança no ano em curso.

**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Importa, por último, salientar que o **Serviço Nacional de Inteligência, tal como o Gabinete do G7+ não serão objeto de alterações** no quadro do Orçamento Retificativo apresentado, mantendo-se inalteradas as respetivas dotações para o ano 2026.

Todos os títulos orçamentais listados na Tabela 1, repartem as suas dotações por programas, e por categorias. Analisa-se por essa razão, o impacto das alterações orçamentais previstas em cada um dos seus programas e categorias de despesas.

- **Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC)**

Em termos globais e conforme já referido, o **orçamento total do MNEC** sofrerá cortes em consequência do Retificativo, uma redução de USD 213.959, passando de USD 36.334.526 para USD 36.120.567, o que equivale a uma **diminuição global de 0,6%**. O ministério inscreve vários programas para o ano financeiro de 2026, contudo, nem todos eles serão objeto de alterações orçamentais. No caso deste ministério, apenas o programa Política Externa de Timor-Leste sofrerá ajustamentos:

Tabela 2: Alterações propostas pelo OGE Retificativo a programas do MNEC

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC)				
Programas	OGE 2026 original	PPL OGE 2026	Variação	Percentagem %
	Dotação	Alteração Dotação		
Política Externa de Timor-Leste	\$28 795 998,00	\$27 682 650,00	-\$1 113 348,00	-3,9%
Total	\$36 334 526,00	\$36 120 567,00	-\$213 959,00	-0,6%

Fonte: PPL OR de 2026, Tabela V original e Tabela V do OGE 2026

A tabela anterior compara o orçamento inicialmente aprovado no OGE 2026 e o orçamento previsto na proposta de OGE 2026 Retificativo, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC), com incidência exclusiva no programa “Política Externa de Timor-Leste”, o único programa deste ministério afetado.

O referido **programa** registará uma redução orçamental de USD 1.113.348, passando de USD 28.795.998 para USD 27.682.650, o que representa uma **diminuição de 3,9%**. A redução proposta implicará necessariamente um abrandamento, ainda que moderado, na despesa associada a atividades diplomáticas e de cooperação internacional, refletindo não apenas reajustamentos mínimos nas prioridades governamentais, mas também uma racionalização de despesas operacionais



**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

que poderá porventura implicar o adiamento de algumas atividades diplomáticas previstas para o corrente ano.

Apesar de, a redução no principal programa do ministério representar quase (-4%) da dotação do mesmo, o seu impacto no orçamento global do MNEC será relativamente reduzido (-0,6%), indicando-nos que o ministério continuará a manter em termos gerais, relativa estabilidade financeira e capacidade operacional satisfatória. Contudo, mesmo que o “corte” não seja excessivamente elevado, poderá vir a influenciar a participação em missões diplomáticas internacionais, programas de cooperação bilateral e multilateral, atividades de representação externa e até iniciativas de promoção da imagem e interesses de Timor-Leste no estrangeiro.

5.1 Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC)

Segue-se uma breve análise do impacto do OGE Retificativo por categorias de despesa do MNEC:

Tabela 3: Alterações propostas pelo OGE Retificativo nas Categorias de despesa do orçamento do MNEC

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC)				
Categorias	OGE 2026 original	PPL OGE 2026 Alteração	Variação	Percentagem %
	Dotação	Dotação		
Bens e Serviços Correntes	\$15 437 380,00	\$14 844 528,00	-\$592 852,00	-3,84%
Orçamento total do MNEC	\$36 334 526,00	\$36 120 567,00	-\$213 959,00	-0,6%

Fonte: PPL OR 2026, Tabela V de 2026 e Tabela V do OGE original de 2026

A tabela 3 acima, compara o orçamento do MNEC inicialmente aprovado no OGE 2026 com a proposta de alteração orçamental proposta (PPL OGE 2026 Retificativo) em relação à única categoria de despesas que deverá ser afetada, a de “Bens e Serviços Correntes”. De facto, a dotação da categoria registará uma redução de USD 592.852, passando dos iniciais USD 15.437.380 para USD 14.844.528. A alteração representa uma diminuição de (- 3,84%) relativamente ao orçamento aprovado em sede de OGE 2026.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

Uma diminuição orçamental de 3,84% parece indicar-nos uma estratégia governamental mais orientada para a racionalização da despesa pública e para a contenção de custos operacionais do MNEC, atendendo a que o “corte” é concentrado, sobretudo, nas despesas correntes, e não em áreas estruturais ou estratégicas do ministério.

5.2 Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas

Comparativamente ao MNEC, a dotação orçamental total do **Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas** sofrerá uma **redução orçamental de USD 42.253**, passando dos iniciais USD 1.902.010 para USD 1.859.757, o que traduz uma quebra global do seu financiamento em **(-2,2%)**. A análise evidencia assim alguma diminuição dos recursos financeiros disponíveis para programas estratégicos relacionado, por exemplo, com a segurança fronteiriça e o desenvolvimento económico marítimo. Olhemos agora o que se passa com as dotações dos programas desta entidade em 2026:

Tabela 4: Alterações propostas pelo OGE Retificativo a Programas do orçamento do Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas				
Programas	OGE 2026 Original	PPL OGE 2026 Alteração	Variação	Percentagem %
	Dotação	Dotação		
Assegurar Fronteiras Terrestres e Marítimas Permanentes com a Indonésia	\$541 040,00	\$538 040,00	-\$3 000,00	-0,01%
Promoção da Economia Azul de Timor-Leste	\$576 651,00	\$537 398,00	-\$39 253,00	-6,8%
Total Entidade	\$1 902 010,00	\$1 859 757,00	-\$42 253,00	-2,2%

Fonte: PPL OR tabela V de 2026 (p.85) e OGE original tabela V de 2026 (p.84)

Dois programas do referido Gabinete serão afetados pelo OGE Retificativo. O programa **“Assegurar Fronteiras Terrestres e Marítimas Permanentes com a Indonésia”** sofrerá a menor redução orçamental. A sua dotação inicial de USD 541.040 sofrerá um “corte” de USD 3.000 (- 0,01%). A alteração proposta é residual neste programa.

Também o programa **“Promoção da Economia Azul de Timor-Leste”** registará uma diminuição da sua dotação com o Retificativo, passando de USD 576.651 para USD 537.398, o que corresponde a

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)

uma redução de USD 39.253, equivalente a (- 6,8%). Embora menos expressiva que a outra, esta redução pode afetar iniciativas relacionadas com o desenvolvimento sustentável dos recursos marítimos, a pesca, a proteção ambiental e o aproveitamento económico do espaço marítimo nacional.

A comparação de verbas do **Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas**, antes e após OGE Retificativo, evidencia uma redução com alguma expressão particularmente ao nível das despesas com Bens e Serviços Correntes. A análise demonstra uma contenção orçamental que deverá impactar direta e necessariamente na capacidade operacional desse Gabinete. Segue-se a análise do impacto do OGE Retificativo nas várias categorias de despesa do Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas:

Tabela 5: Alterações propostas pelo OGE Retificativo para as Categorias de Despesa do Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas

Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas				
Categorias	OGE 2026 original	PPL OGE 2026 Alteração	Variação	Percentagem %
	Dotação	Dotação		
Bens e Serviços Correntes	\$1 101 466,00	\$1 059 213,00	-\$42 253,00	-3,84%
Total Entidade	\$1 902 010,00	\$1 859 757,00	-\$42 253,00	-2,2%

Fonte: PPL OR tabela V de 2026(p.85) e OGE original tabela V de 2026 (p.84)

Apenas a categoria de “Bens e Serviços Correntes” do referido Gabinete registará uma diminuição de USD 42.253, passando da dotação original de USD 1.101.466 para USD 1.059.213, o que traduz a uma redução de (- 3,84%). E, embora percentualmente a redução não seja muito significativa, importa analisar a natureza e o impacto nas despesas de bens e serviços afetadas, atendendo a que essa categoria financia despesas ligadas ao funcionamento operacional da entidade, incluindo logística, transportes, comunicações, combustível, manutenção e atividades operacionais de fiscalização fronteiriça.

**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

5.3 Ministério da Defesa

No que diz respeito ao orçamento global do **Ministério da Defesa**, o OGE Retificativo trará uma **redução residual de USD 12.000**, passando de USD 16.258.818 para USD 16.246.818, o que representa um decréscimo de aproximadamente **(- 0,1%)**. A dotação orçamental remanescente sugere-nos que, em termos gerais, o orçamento do Ministério se manterá relativamente estável, e que os ajustamentos orçamentais são relativamente controlados.

Dos programas orçamentais inscritos pelo Ministério da Defesa para 2026, somente o **programa de “Defesa Nacional”** irá ser **afetado negativamente** pelo OGE Retificativo, conforme nos mostra a tabela seguinte:

Tabela 6: Alterações propostas pelo OGE Retificativo a Programas do Ministério da Defesa

Ministério da Defesa				
Programas	OGE 2026 original	PPL OGE 2026 Alteração	Variação	Percentagem %
	Dotação	Dotação		
Defesa Nacional	\$13 198 654,00	\$13 112 362,00	-\$86 292,00	-0,7%
Total Ministério	\$16 258 818,00	\$16 246 818,00	-\$12 000,00	-0,1%

Fonte: PPL OR tabela V de 2026(p.33) e OGE original tabela V de 2026 (p.31)

O **programa “Defesa Nacional”** registrará uma redução orçamental de USD 86.292, e será o único programa do Ministério da Defesa a sofrer ajustamentos, passando de uma dotação inicial de USD 13.198.654 para USD 13.112.362, o que corresponde a uma diminuição de 0,7%, de acordo com os dados constantes da Tabela V da Lei do OGE 2026 e da proposta de Orçamento Retificativo.

Trata-se de um ajustamento relativamente moderado, tanto ao nível deste programa como do orçamento global do Ministério da Defesa. Ainda assim, mesmo não sendo expressivo em termos percentuais, o corte deve ser analisado à luz da relevância estratégica do setor da defesa para a soberania e segurança nacional.

Importa, contudo, assinalar uma inconsistência nos dados apresentados pelo Governo: enquanto as tabelas indicam uma redução de USD 86.292 ao nível do programa, o Livro Relatório refere uma diminuição global no Ministério da Defesa de apenas USD 12.000. Esta discrepância entre a proposta de lei e o respetivo relatório deve ser devidamente clarificada.

**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Segue-se uma análise do impacto dos ajustamentos previstos no OGE Retificativo nas categorias de despesa do orçamento do Ministério da Defesa:

Tabela 7: Alterações propostas pelo OGE Retificativo nas Categorias de Despesa do Ministério da Defesa

Ministério da Defesa				
Categorias	OGE 2026 original	PPL OGE 2026 Alteração	Variação	Percentagem %
	Dotação	Dotação		
Bens e Serviços Correntes	\$12 288 869,00	\$11 480 949,00	-\$807 920,00	-6,57%
Total	\$16 258 818,00	\$16 246 818,00	-\$12 000,00	-0,1%

Fonte: PPL OR tabela V de 2026(p.33) e OGE original tabela V de 2026 (p.31)

Embora o orçamento global do Ministério se mantenha praticamente inalterado, a sua composição interna revela uma alteração relevante na distribuição das despesas por categorias. A análise evidencia uma **diminuição na categoria de “Bens e Serviços Correntes”**.

Com efeito, **esta categoria regista uma redução de USD 807.920**, diminuindo de USD 12.288. 869, aprovados no OGE 2026 inicial, para USD 11.480 949 na proposta de alteração orçamental, o que corresponde a uma diminuição de **(-6,57%)** e traduz uma diminuição nas despesas destinadas ao funcionamento operacional do Ministério da Defesa.

5.4 FALINTIL - Força de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL)

Em relação ao orçamento das **F-FDTL**, **confirma-se uma redução de USD 105.000** proposta pelo OGE Retificativo, passando de USD 34.600.530 para USD 34.495.530, o que traduz uma diminuição global de aproximadamente **(- 0,3%)**. Apesar do ajustamento para menos, o orçamento das F-FDTL permanecerá relativamente estável no contexto geral da política orçamental determinada para esta entidade.

Tabela 8: Alterações propostas pelo OGE Retificativo aos Programas das F-FDTL

F-FDTL				
Programas	OGE 2026 Original	PPL OGE 2026 Alteração	Variação	Percentagem %



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)

	Dotação	Dotação		
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	\$20 440 942,00	\$20 335 942,00	-\$105 000,00	-0,5%
Total	\$34 600 530,00	\$34 495 530,00	-\$105 000,00	-0,3%

Fonte: PPL OR tabela V de 2026(p.34) e OGE original tabela V de 2026 (p.32)

A comparação da dotação orçamental das F-FDTL evidencia uma redução moderada na proposta de alteração ao OGE 2026, que afeta o programa de “Funcionamento e Desenvolvimento Institucional” e, por conseguinte, o orçamento global da instituição. **O programa “Funcionamento e Desenvolvimento Institucional” registará uma redução de USD 105.000** na sua dotação para o corrente ano, passando de USD 20.440.942 para USD 20.335.942. Esta diminuição corresponde a cerca de **(- 0,5%)**, revelando um ajustamento orçamental relativamente contido.

A estabilidade do orçamento global das F-FDTL sugere que o Governo continua a considerar a defesa nacional como área prioritária, procurando limitar os impactos das alterações orçamentais sobre a capacidade operacional das forças armadas. Contudo, mesmo reduções moderadas podem produzir efeitos relevantes se incidirem sobre áreas estratégicas ou sobre despesas já rigidamente comprometidas.

Tabela 9: Alterações propostas pelo OGE Retificativo nas Categorias de Despesa das F-FDTL

F-FDTL				
Categorias	OGE 2026 original	PPL OGE 2026 Alteração	Variação	Percentagem %
	Dotação	Dotação		
Bens e Serviços Correntes	\$15 666 460,00	\$15 561 460,00	-\$105 000,00	-0,7%
Total	\$34 600 530,00	\$34 495 530,00	-\$105 000,00	-0,3%

Fonte: PPL OR tabela V de 2026(p.34) e OGE original tabela V de 2026 (p.32)

A análise comparativa do orçamento das Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), por categorias de despesa, evidencia uma redução moderada nas dotações destinadas à categoria de “Bens e Serviços Correntes”, acompanhada de uma ligeira diminuição do orçamento global. Embora os cortes propostos sejam pouco expressivos em termos percentuais, a sua relevância deve ser avaliada à luz do peso crítico das despesas correntes no funcionamento operacional das forças armadas.





COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

A categoria de “Bens e Serviços Correntes” regista uma redução de USD 105.000, passando de USD 15.666.460, no OGE 2026 inicial, para USD 15.561.460 na proposta de alteração orçamental, o que corresponde a uma diminuição de cerca de (- 0,7%). Apesar de limitada, esta redução poderá afetar despesas essenciais ao funcionamento diário das F-FDTL, nomeadamente nas áreas de logística, combustíveis, manutenção de equipamentos, alimentação, comunicações, transportes e outras atividades operacionais que importa averiguar.

5.5 Ministério do Interior

Globalmente, o orçamento do Ministério do Interior aumenta de USD 17.477.099 para USD 19.429.020, traduzindo-se num acréscimo de USD 1.951.921 (11,2%). Este reforço confirma que o setor da segurança interna continua a assumir um papel prioritário na política orçamental do Estado.

Tabela 10: Alterações propostas pelo OGE Retificativo aos Programas do Ministério do Interior

Ministério Interior				
Programas	OGE 2026 original	PPL OGE 2026 Alteração	Variação	Percentagem %
	Dotação	Dotação		
Segurança Nacional	\$11 092 289,00	\$11 056 502,00	-\$35 787,00	-0,3%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	\$6 384 810,00	\$8 372 518,00	\$1 987 708,00	31,1%
Total	\$17 477 099,00	\$19 429 020,00	\$1 951 921,00	11,2%

Fonte: PPL OR tabela V de 2026(p.34) e OGE original tabela V de 2026 (p.32)

A comparação do orçamento do Ministério do Interior evidencia um reajustamento significativo das prioridades financeiras no âmbito da proposta de alteração ao OGE 2026. A análise aponta para uma ligeira redução no programa de “Segurança Nacional”, contrastando com um aumento muito expressivo no programa de “Funcionamento e Desenvolvimento Institucional”, o que resulta num crescimento global relevante do orçamento do Ministério.

O programa “Segurança Nacional” regista uma diminuição de USD 35.787, passando de USD 11.092.289 para USD 11.056.502, o que corresponde a uma redução de cerca de (- 0,3%). Em contrapartida, o programa de “Funcionamento e Desenvolvimento Institucional” apresenta um

**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

aumento significativo de USD 1.987.708, passando de USD 6.384.810 para USD 8.372.518, equivalente a um crescimento de **(+31,1%)**. Ainda assim, importa garantir que este aumento esteja alinhado com objetivos estratégicos claros, indicadores de desempenho mensuráveis e mecanismos eficazes de controlo da despesa, de modo a mitigar riscos de ineficiência na execução ou de concentração excessiva de recursos em despesas administrativas.

Tabela 11: Alterações propostas pelo OGE Retificativo nas Categorias de Despesa do Ministério do Interior

Ministério Interior				
Categorias	OGE 2026 Original	PPL OGE 2026 Alteração	Variação	Percentagem %
	Dotação	Dotação		
Bens e Serviços Correntes	\$1 918 739,00	\$3 870 660,00	\$1 951 921,00	101,7%
Total	\$17 477 099,00	\$19 429 020,00	\$1 951 921,00	11,2%

Fonte: PPL OR tabela V de 2026(p.34) e OGE original tabela V de 2026 (p.32)

A comparação do orçamento do **Ministério do Interior** evidencia um **aumento muito significativo das dotações na categoria de “Bens e Serviços Correntes”**, refletindo uma forte expansão das despesas operacionais e administrativas no âmbito da proposta de alteração ao OGE 2026. Embora o orçamento global do Ministério apresente um crescimento expressivo, a evolução das despesas correntes exige uma análise parlamentar particularmente rigorosa.

A categoria de **“Bens e Serviços Correntes”** regista um **acréscimo de USD 1.951.921**, passando de USD 1.918.739, no OGE 2026 inicial, para USD 3.870.660 na proposta de alteração orçamental. Este aumento corresponde a um crescimento muito elevado de **(+101,7%)**, indicando que as despesas correntes praticamente duplicaram face à previsão inicial. De facto, o crescimento global do orçamento do Ministério é integralmente explicado por este reforço. A ausência de uma justificação detalhada por parte da entidade, subsistem dúvidas quanto à eficiência, prioridade e sustentabilidade do acréscimo proposto.

5.6 Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL)

Globalmente, o **orçamento da PNTL para o corrente ano aumentará de USD 49.511.296 para USD 50.470.141**, correspondendo a um acréscimo de USD 958.845, ou **(+1,9%)**. Esta evolução demonstra-



**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

nos uma tendência de reforço financeiro da instituição, sobretudo orientada para a área da segurança nacional.

Tabela 12: Alterações propostas pelo OGE Retificativo aos Programas da PNTL

Polícia Nacional de Timor-Leste				
Programas	OGE 2026 original	PPL OGE 2026 Alteração	Variação	Percentagem %
	Dotação	Dotação		
Segurança Nacional	\$46 241 719,00	\$47 221 141,00	\$979 422,00	2,1%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	\$3 234 520,00	\$3 219 365,00	-\$15 155,00	-0,5%
Inclusão Social	\$35 057,00	\$29 057,00	-\$6 000,00	-17,1%
Total	\$49 511 296,00	\$50 470 141,00	\$958 845,00	1,9%

Fonte: PPL OR tabela V de 2026(p.34) e OGE original tabela V de 2026 (p.32)

A comparação orçamental da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) evidencia um reforço moderado do orçamento global na proposta de alteração ao OGE 2026, com especial destaque, em termos de programas, para o aumento da dotação no seu programa “Segurança Nacional”. O **programa “Segurança Nacional” regista um aumento de USD 979.422**, passando de USD 46.241.719 para USD 47.221.141, o que representa um crescimento de **(+ 2,1%)**, reforço esse que atesta a prioridade que é atribuída ao fortalecimento das capacidades operacionais e da segurança pública.

Por outro lado, o **programa “Funcionamento e Desenvolvimento Institucional”** sofrerá uma ligeira **redução de USD 15.155 (-0,5%)**, enquanto o **programa “Inclusão Social”** regista um **“corte orçamental” mais expressivo de USD 6.000**, equivalente a **(-17,1%)**.

Observando agora a situação dos ajustamentos às categorias de despesa do orçamento da PNTL para 2026:



**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Tabela 13: Alterações propostas pelo OGE Retificativo nas Categorias de Despesa da PNTL

Polícia Nacional de Timor-Leste				
Categorias	OGE 2026 Original	PPL OGE 2026 Alteração	Variação	Percentagem %
	Dotação	Dotação		
Salários e Vencimento	\$43 695 119,00	\$44 695 119,00	\$1 000 000,00	2,3%
Bens e Serviços Correntes	\$5 496 177,00	\$5 345 022,00	-\$151 155,00	-2,8%
Total Entidade	\$49 511 296,00	\$50 470 141,00	\$958 845,00	1,9%

Fonte: PPL OR tabela V de 2026(p.34) e OGE original tabela V de 2026 (p.32)

A comparação do orçamento da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) evidencia um aumento moderado do montante global na proposta de alteração ao OGE 2026, impulsionado sobretudo pelo reforço das despesas com salários e vencimentos.

A categoria de “Salários e Vencimentos” regista um acréscimo de USD 1.000.000, passando de USD 43.695.119 para USD 44.695.119, o que corresponde a um crescimento de **(+2,3%)**. Este aumento poderá refletir recrutamento, progressões na carreira ou ajustamentos remuneratórios no setor policial. Em sentido inverso, a categoria de “Bens e Serviços Correntes” apresenta uma redução de USD 151.155, passando de USD 5.496.177 para USD 5.345.022, equivalente a uma diminuição de **(-2,8%)**.

5.7 Instituto de Defesa Nacional (IDN)

Globalmente, o orçamento do Instituto de Defesa Nacional para 2026 **diminuirá de USD 1.610.388 para USD 1.553.847**, representando uma redução total de USD 56.541, ou **(-3,5%)**. Apesar deste corte expressivo nas despesas correntes, o orçamento global do Instituto apresenta uma redução mais moderada. Passemos em seguida a avaliar o impacto desse “corte orçamental” a promover pelo OGE Retificativo, nas dotações das categorias de despesa do IDN:

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)

Tabela 14: Alterações propostas pelo OGE Retificativo aos Programas do IDN

Instituto de Defesa Nacional				
Programas	OGE 2026 Original	PPL OGE 2026 Alteração	Variação	Percentagem %
	Dotação	Dotação		
Defesa Nacional	\$1 179 623,00	\$1 150 615,00	-\$29 008,00	-2,5%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	\$430 765,00	\$403 232,00	-\$27 533,00	-6,4%
Total	\$1 610 388,00	\$1 553 847,00	-\$56 541,00	-3,5%

Fonte: PPL OR tabela V de 2026(p.87) e OGE original tabela V de 2026 (p.86)

A análise do orçamento do Instituto de Defesa Nacional (IDN) para o ano 2026 evidencia uma **redução** moderada das dotações na proposta de alteração ao OGE 2026, **afetando tanto o programa de “Defesa Nacional” como o de “Funcionamento e Desenvolvimento Institucional”**.

Na proposta de Retificativo apresentado pelo Governo para o programa **“Defesa Nacional”** registrará uma **diminuição de USD 29.008**, passando de USD 1.179.623 para USD 1.150.615, o que corresponde a uma redução de **(-2,5%)**. Por sua vez, o programa de **“Funcionamento e Desenvolvimento Institucional”** apresenta um decréscimo de USD 27.533, equivalente a **6,4%**.

Tabela 15: Alterações propostas pelo OGE Retificativo nas Categorias de Despesa do IDN

Instituto de Defesa Nacional				
Categorias	OGE 2026 Original	PPL OGE 2026 Alteração	Variação	Percentagem %
	Dotação	Dotação		
Bens e Serviços Correntes	\$1 272 255,00	\$1 027 416,00	-\$244 839,00	-19,2%
Total	\$1 610 388,00	\$1 553 847,00	-\$56 541,00	-3,5%

Fonte: PPL OR tabela V de 2026(p.87) e OGE original tabela V de 2026 (p.86)

O orçamento do Instituto de Defesa Nacional evidencia uma **redução significativa na categoria de “Bens e Serviços Correntes”** no âmbito da proposta de alteração ao OGE 2026. As despesas nesta categoria diminuem de USD 1.272.255 para USD 1.027.416, o que representa uma redução de USD



**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

244.839, equivalente a **(-19,2%)**. Tão significativa diminuição impactará certamente em despesas operacionais essenciais, incluindo as de funcionamento administrativo, logística, formação, manutenção e outras atividades correntes do Instituto.

5.8 Autoridade de Proteção Civil

O orçamento global da Autoridade de Proteção Civil **reduzir-se-á** de USD 7.730.287 para USD 7.671.662, representando uma diminuição total de USD 58.625, ou **(-0,8%)**.

Analisando os seus programas que o Governo pretende ajustar com o Retificativo, constata-se:

Tabela 16: Alterações propostas pelo OGE Retificativo aos Programas da Autoridade de Proteção Civil

Autoridade de Proteção Civil				
Programas	OGE 2026 original	PPL OGE 2026 Alteração	Variação	Percentagem %
	Dotação	Dotação		
Segurança Nacional	\$6 390 944,00	\$6 332 319,00	-\$58 625,00	-0,9%
Total	\$7 730 287,00	\$7 671 662,00	-\$58 625,00	-0,8%

Fonte: PPL OR tabela V de 2026(p.41) e OGE original tabela V de 2026 (p.39)

A comparação orçamental da Autoridade de Proteção Civil evidencia uma **redução moderada das dotações previstas na proposta de alteração ao OGE 2026**, incidindo tanto no programa de “Segurança Nacional” como no orçamento global da instituição.

O programa “Segurança Nacional” **sofre uma redução de USD 58.625**, passando de USD 6.390.944 para USD 6.332.319, o que corresponde a uma diminuição de **(-0,9%)**.

Quanto ao impacto orçamental desses “cortes” orçamentais nas categorias de despesa, observa-se o seguinte:



**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Tabela 17: Alterações propostas pelo OGE Retificativo nas Categorias de Despesa da Autoridade de Proteção Civil

Autoridade de Proteção Civil				
Categorias	OGE 2026 Original	PPL OGE 2026 Alteração	Variação	Percentagem %
	Dotação	Dotação		
Bens e Serviços Correntes	\$2 877 041,00	\$2 818 416,00	-\$58 625,00	-2,0%
Total	\$7 730 287,00	\$7 671 662,00	-\$58 625,00	-0,8%

Fonte: PPL OR tabela V de 2026(p.41) e OGE original tabela V de 2026 (p.39)

A análise do impacto orçamental do OGE Retificativo no orçamento da Autoridade de Proteção Civil evidencia uma **redução moderada nas dotações destinadas à categoria de “Bens e Serviços Correntes”** no âmbito da proposta de alteração ao OGE 2026.

As despesas com “Bens e Serviços Correntes” diminuem de USD 2.877.041 para USD 2.818.416, registando uma redução de USD 58.625, equivalente a **(-2,0%)**. Esta redução poderá vir a afetar despesas operacionais relacionadas com logística, manutenção, equipamentos, transportes e atividades de resposta a emergências.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS ENTIDADES PÚBLICAS SETORIAIS ACOMPANHADAS PELA COMISSÃO

Segue-se uma breve análise sobre a execução orçamental das entidades públicas abrangidas no âmbito das competências da Comissão B, até ao dia 21 de maio de 2026. O Governo fornece execução global do OGE 2026 até final do I trimestre de 2026, mas entende-se que o PN poderá ter uma decisão mais informada com base em dados mais atualizados.

Execução orçamental do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNEC)

Em termos gerais, a execução orçamental do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação evidencia uma **concentração significativa nas despesas correntes de funcionamento e recursos humanos**, refletindo a prioridade atribuída à manutenção da atividade diplomática e administrativa do Estado. Contudo, a execução relativamente mais baixa das despesas de capital poderá limitar o reforço da capacidade institucional.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)

Tabela 18- Execução real do orçamento do MNEC por programas até dia 21 de maio de 2026

Despesas			
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação			
PROGRAMA	Orçamento	Pago	Execução %
Política Externa de Timor-Leste	\$27 896 609,00	\$12 424 527,29	44,5%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	\$8 437 917,00	\$1 293 499,76	15,3%
Total	\$36 334 526,00	\$13 718 027,05	37,8%

Fonte: Portal da Transparência do MdF

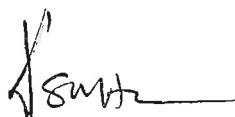
A execução orçamental do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação por programas, até ao dia 21 de maio de 2026, apresenta uma **taxa global de execução de 37,8%**, correspondente a pagamentos no valor de USD 13,7 milhões, face a um orçamento total de USD 36,3 milhões.

O programa de **Política Externa de Timor-Leste** concentra a maior parcela do orçamento ministerial, com uma dotação de USD 27,8 milhões, dos quais já foram executados USD 12,4 milhões, equivalente a uma taxa de execução de **44,5%**. Este nível de execução revela que as principais prioridades do ministério continuam direcionadas para as atividades diplomáticas, representação externa do Estado, cooperação internacional e participação de Timor-Leste em organizações e fóruns internacionais. Apesar da execução relativamente significativa, permanece ainda uma parte substancial do orçamento por executar, exigindo acompanhamento contínuo da implementação das atividades programadas.

Por outro lado, o programa de **Funcionamento e Desenvolvimento Institucional** apresenta uma execução bastante inferior, de apenas **15,3%**, correspondente a USD 1,29 milhões pagos de um orçamento de USD 8,4 milhões. Esta taxa modesta reflete atrasos na execução de despesas administrativas, investimentos institucionais, reforço da capacidade técnica, modernização dos serviços ou implementação de projetos internos do ministério

Tabela 19- Execução real do MNEC por Categorias de Despesa, até dia 21 de maio de 2026

Despesas			
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação			
Categorias	Orçamento	Pago	Execução %
Salários e Vencimentos	\$19 897 146,00	\$7 911 607,46	39,8%
Bens e Serviços Correntes	\$15 058 487,00	\$5 470 419,59	36,3%





**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Capital Menor	\$1 378 893,00	\$336 000,00	24,4%
Total	\$36 334 526,00	\$13 718 027,05	37,8%

Fonte: Portal da transparência do MdF

A categoria de **Salários e Vencimentos** apresenta a maior execução financeira em termos absolutos, com pagamentos de USD 7,9 milhões, equivalentes a **39,8%** do orçamento previsto para esta categoria.

A categoria de **Bens e Serviços Correntes** regista igualmente uma execução significativa de **36,3%**, correspondente a USD 5,47 milhões pagos de um orçamento de USD 15 milhões. Esta categoria inclui despesas essenciais ao funcionamento da política externa, nomeadamente deslocações oficiais, representação diplomática, funcionamento das missões no estrangeiro, comunicações, logística e outras despesas operacionais. Embora a execução seja moderada, permanece ainda uma parte substancial do orçamento por utilizar, exigindo acompanhamento da implementação das atividades programadas.

Por outro lado, a categoria de **Capital Menor** apresenta uma execução mais reduzida, de apenas **24,4%**, correspondente a USD 336 mil pagos de um orçamento de USD 1,37 milhões.

Execução orçamental do Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas

Tabela 20 - Execução real do Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas por programas, até dia 21 de maio de 2026

Despesas			
Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas			
Programas	Orçamento	Pago	Execução %
Assegurar Fronteiras Terrestres e Marítimas Permanentes Com a Indonésia	\$541 040,00	\$152 072,41	28,1%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	\$784 319,00	\$138 693,49	17,7%
Promoção da Economia Azul de Timor-Leste	\$576 651,00	\$99 305,07	17,2%
Total	\$1 902 010,00	\$390 070,97	20,5%

Fonte: Portal da Transparência do MdF



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

A execução orçamental do Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas, até 21 de maio de 2026, apresenta uma **taxa global de execução de 20,5%**, correspondente a USD 390 mil pagos de um orçamento total de USD 1,9 milhões. O nível de execução demonstra uma implementação financeira ainda moderada, embora superior à verificada noutros setores da administração pública no mesmo período.

O programa **“Assegurar Fronteiras Terrestres e Marítimas Permanentes com a Indonésia”** apresenta a taxa de execução mais elevada, com **28,1%**, equivalente a USD 152 mil executados de um orçamento de USD 541 mil. O desempenho revela uma prioridade dada às atividades ligadas à segurança e controlo fronteiriço, áreas estratégicas para a soberania nacional e estabilidade territorial. Ainda assim, a taxa de execução permanece relativamente baixa face às exigências operacionais permanentes deste setor, podendo indicar limitações na implementação das atividades planeadas.

O programa de **“Funcionamento e Desenvolvimento Institucional”** regista uma **execução de 17,7%**, correspondente a USD 138 mil pagos de uma dotação de USD 784 mil. Apesar de assegurar o suporte administrativo e técnico da instituição, a execução reduzida sugere um ritmo ainda lento na concretização das atividades institucionais e de reforço da capacidade organizacional.

Por sua vez, o programa de **“Promoção da Economia Azul de Timor-Leste”** apresenta uma execução de **17,2%**, equivalente a USD 99 mil de um orçamento de USD 576 mil, o que demonstra um avanço limitado das iniciativas ligadas ao desenvolvimento económico marítimo, setor considerado estratégico para a valorização dos recursos marinhos e desenvolvimento sustentável do país.

Tabela 21 - Execução real do Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas por Categorias, até dia 21 de maio de 2026

Despesas			
Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas			
Categorias	Orçamento	Pago	Execução %
Salários e Vencimentos	\$570 544,00	\$166 738,82	29,2%
Bens e Serviços Correntes	\$1 101 466,00	\$223 332,15	20,3%
Capital Menor	\$230 000,00	\$ 0,0	0%
Total	\$1 902 010,00	\$390 070,97	20,5%

Fonte: Portal da Transparência do MdF

**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

A categoria de **Salários e Vencimentos** apresenta a taxa de execução mais elevada, com **29,2%**, equivalente a USD 166 mil pagos de um orçamento de USD 570 mil. Este desempenho demonstra que as despesas com pessoal continuam a constituir a principal prioridade financeira da instituição, assegurando o funcionamento regular dos serviços e a manutenção dos recursos humanos afetos ao controlo fronteiriço.

A categoria de **Bens e Serviços Correntes**, que representa a maior componente do orçamento, com USD 1,1 milhões, registou uma execução de **20,3%**, correspondente a USD 223 mil executados. Apesar de refletir algum progresso na implementação das atividades operacionais e administrativas, a taxa de execução permanece relativamente baixa.

Por outro lado, a **categoria de Capital Menor**, com uma dotação de USD 230 mil, não apresenta qualquer execução até à data, mantendo-se ainda em **0%**.

Execução orçamental do Ministério da Defesa

Tabela 22- Execução real do Ministério do Defesa, por Programas até 21 de maio de 2026

Despesas			
Ministério da Defesa			
PROGRAMA	Orçamento	Pago	Execução %
Defesa Nacional	\$13 124 362,00	\$1 608 295,48	12,3%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	\$3 089 456,00	\$801 330,42	25,9%
Inclusão Social	\$45 000,00	\$,00	0
Total	\$16 258 818,00	\$2 409 625,90	14,8%

Fonte: Portal da transparência do MdF

A **execução orçamental do Ministério da Defesa**, até 21 de maio de 2026, regista uma taxa global de **14,8%**, correspondente a pagamentos acumulados de USD 2,4 milhões, face a um orçamento total de USD 16,2 milhões. Este nível de execução evidencia uma implementação ainda reduzida das atividades programadas para o exercício orçamental em curso, apesar de já decorridos vários meses do ano fiscal.

No geral, a execução orçamental deste ministério revela um ritmo de implementação limitado, em particular nos programas estratégicos relacionados com a Defesa Nacional. Este programa, que representa a principal componente orçamental da entidade, com uma dotação de USD 13,1 milhões, registou uma execução de apenas 12,3%, equivalente a USD 1,6 milhões pagos.





**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Já o programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional apresenta uma execução relativamente superior, atingindo 25,9%, correspondente a USD 801 mil executados de um orçamento de USD 3 milhões. Este desempenho demonstra maior capacidade de implementação nas despesas administrativas e institucionais, nomeadamente no funcionamento interno, apoio técnico e gestão organizacional. Ainda assim, o nível de execução permanece moderado, exigindo acompanhamento contínuo para assegurar a concretização das metas institucionais previstas. Por outro lado, o programa de Inclusão Social, com uma dotação de USD 45 mil, não registou qualquer execução até à presente data, mantendo-se em 0%, o que é questionável.

Tabela 23 - Execução real do orçamento do Ministério da Defesa, por Categorias de Despesa, até 21 de maio de 2026

Despesas			
Ministério da Defesa			
Categorias	Orçamento	Pago	Execução %
Salários e Vencimentos	\$3 086 253,00	\$917 318,22	29,7%
Bens e Serviços Correntes	\$11 492 949,00	\$1 492 307,68	13,0%
Transferências Públicas	\$500 000,00	\$,00	0%
Capital Menor	\$795 920,00	\$,00	0%
Capital de Desenvolvimento	\$383 696,00	\$,00	0%
Total	\$16 258 818,00	\$2 409 625,90	14,8%

Fonte: Portal da Transparência do MdF

A **execução orçamental do Ministério da Defesa** até 21 de maio de 2026, situava-se em **14,8%**, revelando um nível de implementação financeira ainda reduzido. A maior execução verifica-se na categoria de Salários e Vencimentos, com 29,7%, enquanto Bens e Serviços Correntes registam apenas 13%, apesar de representarem a maior parcela do orçamento. As categorias de Transferências Públicas, Capital Menor e Capital de Desenvolvimento não apresentam qualquer execução até à data.

Execução orçamental das FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste

Tabela 24 - Execução real das FALINTIL por programas, até 21 de maio de 2026

Despesas			
FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL)			
PROGRAMA	Orçamento	Pago	Execução %
Defesa Nacional	\$14 129 588,00	\$5 439 776,38	38,5%



**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	\$20 440 942,00	\$7 527 507,94	36,8%
Inclusão Social	\$30 000,00	\$8 000,00	26,7%
Total Entidade	\$34 600 530,00	\$12 975 284,32	37,5%

Fonte: Portal da transparência do MdF

A **execução real orçamental da FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste**, até 21 de maio de 2026, apresenta um nível global de execução moderado de **37,5%**, correspondendo a pagamentos de USD12,98 milhões de um orçamento total de USD 34,6 milhões.

O programa “Funcionamento e Desenvolvimento Institucional” concentra a maior parte do orçamento, com USD 20,44 milhões, tendo alcançado uma execução de 36,8%, demonstrando um nível moderado de implementação das atividades institucionais. O programa “Defesa Nacional” regista uma execução de 38,5%, ligeiramente acima da média global, refletindo algum progresso na realização das atividades ligadas à defesa e segurança nacional.

Por sua vez, o programa “Inclusão Social” apresenta a menor execução, com apenas 26,7%, indicando uma utilização ainda reduzida dos recursos disponíveis nesta área.

Tabela 25- Execução real das F-FDTL por Categorias de Despesa, até 21 de maio de 2026

Despesas			
FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL)			
Categorias	Orçamento	Pago	Execução %
Salários e Vencimentos	\$18 734 070,00	\$7 316 198,15	39,1%
Bens e Serviços Correntes	\$15 666 460,00	\$5 659 086,17	38,6%
Capital Menor	\$200 000,00	\$,00	0%
Total Entidade	\$34 600 530,00	\$12 975 284,32	37,5%

Fonte: Portal da transparência do MdF

A **execução real do orçamento da F-FDTL** até 21 de maio de 2026 apresenta um nível global de execução de **37,5%**, correspondente a pagamentos no valor de USD 12,98 milhões, face ao orçamento total de USD 34,6 milhões.

Por categorias, “Salários e Vencimentos” representa a maior componente orçamental, com uma execução de 39,1%, equivalente a USD 7,32 milhões pagos. A categoria “Bens e Serviços Correntes” apresenta uma execução de 38,6%, com pagamentos de USD 5,66 milhões. Relativamente à categoria



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

“Capital Menor”, embora esteja previsto um orçamento de USD 200 mil, ainda não foi registada qualquer execução financeira até ao período em análise.

Não são claras as razões pelas quais a categoria de Capital Menor ainda não registou qualquer nível de execução orçamental até à presente data.

Execução orçamental do Instituto de Defesa Nacional

Tabela 26- Execução real do IDN, por programas, até 21 de maio de 2026

Despesas			
Instituto de Defesa Nacional			
PROGRAMA	Orçamento	Pago	Execução %
Defesa Nacional	\$1 179 623,00	\$258 328,64	21,9%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	\$430 765,00	\$38 324,78	8,9%
Total Entidade	\$1 610 388,00	\$296 653,42	18,4%

Fonte: Portal da transparência do MdF

A execução orçamental do Instituto de Defesa Nacional até 21 de maio de 2026, reporta um nível de **18,4%**, correspondente a USD 296 mil pagos de um orçamento total de USD 1,6 milhões. Este nível de execução revela uma implementação financeira ainda limitada, sugerindo um ritmo moderado na concretização das atividades previstas para o exercício orçamental.

O programa Defesa Nacional, que representa a maior componente do orçamento do Instituto, com uma verba de USD 1,17 milhões, registou uma execução de 21,9%, correspondente a USD 258 mil executados, desempenho esse que demonstra algum progresso na implementação das atividades ligadas à formação, capacitação e estudos estratégicos no domínio da defesa nacional. Ainda assim, a taxa de execução permanece relativamente baixa face ao período já decorrido do ano orçamental, indiciando atrasos na realização de programas, projetos ou iniciativas planeadas.

Já o programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional apresenta uma execução bastante reduzida, de apenas 8,9%, equivalente a USD 38 mil pagos de um orçamento de USD 430 mil.

**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Tabela 27- Execução real do orçamento do IDN por Categorias de Despesa, até 21 de maio de 2026

Despesas			
Instituto de Defesa Nacional			
Categorias	Orçamento	Pago	Execução %
Salários e Vencimentos	\$426 431,00	\$238 970,64	56,0%
Bens e Serviços Correntes	\$1 083 957,00	\$57 682,78	5,3%
Capital Menor	\$100 000,00	\$,00	0%
Total Entidade	\$1 610 388,00	\$296 653,42	18,4%

Fonte: Portal da transparência do MdF

A execução orçamental do **Instituto de Defesa Nacional**, até 21 de maio de 2026, apresenta uma taxa global de execução de **18,4%**, correspondente a USD 296 mil pagos de um orçamento total de USD 1,6 milhões. Este nível de execução demonstra uma implementação financeira ainda reduzida, revelando limitações na concretização das atividades e investimentos previstos para o exercício orçamental.

A categoria de Salários e Vencimentos apresenta a taxa de execução mais elevada, com 56%, correspondente a USD 238 mil pagos de um orçamento de USD 426 mil. Este desempenho demonstra que as despesas com pessoal constituem a principal prioridade financeira do Instituto, assegurando o funcionamento regular dos serviços e o pagamento das obrigações salariais. A elevada execução nesta categoria contrasta, contudo, com o baixo nível de execução nas restantes componentes do orçamento.

Por outro lado, a categoria de Bens e Serviços Correntes, que representa a maior parcela orçamental, com USD 1,08 milhões, apresenta uma execução muito reduzida, de apenas 5,3%, equivalente a USD 57 mil executados. Relativamente à categoria de Capital Menor, com uma dotação de USD 100 mil, não foi registada qualquer execução até à data, mantendo-se a taxa em 0%.

Execução orçamental do Ministério do Interior

Tabela 28 - Execução real do Ministério do Interior, por Programas, até 21 de maio de 2026

Despesas			
Ministério do Interior			
PROGRAMA	Orçamento	Pago	Execução %
Segurança Nacional	\$11 092 289,00	\$4 228 285,43	38,1%



**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	\$6 384 810,00	\$1 372 309,26	21,5%
Total Entidade	\$17 477 099,00	\$5 600 594,69	32,0%

Fonte: Portal da transparência do MdF

A execução do orçamento do Ministério do Interior até 21 de maio de 2026 apresentava um nível global de execução de **32,0%**, correspondente a pagamentos no valor de USD 5,60 milhões, face ao orçamento total de USD 17,48 milhões.

O programa “Segurança Nacional” apresenta a maior dotação orçamental e também o maior nível de execução, com 38,1%, equivalente a USD 4,23 milhões pagos.

Por seu turno, o programa “Funcionamento e Desenvolvimento Institucional” regista uma execução mais reduzida, de 21,5%, com pagamentos no valor de USD 1,37 milhões. Esta diferença demonstra que a maior parte da execução orçamental se concentrou nas atividades ligadas à Segurança Nacional.

Tabela 29 - Execução real do Ministério do Interior, por Categorias de Despesa, até 21 de maio de 2026

Despesas			
Ministério do Interior			
Categorias	Orçamento	Pago	Execução %
Salários e Vencimentos	\$12 208 360,00	\$5 352 850,30	43.84%
Bens e Serviços Correntes	\$1 918 739,00	\$247 744,39	12,9%
Capital Menor	\$3 350 000,00	\$,00	0
Total Entidade	\$17 477 099,00	\$5 600 594,69	32,0%

Fonte: Portal da Transparência do MdF

A categoria “**Salários e Vencimentos**” apresenta o maior nível de execução, com **43,84%**, equivalente a USD 5,35 milhões pagos, demonstrando que a maior parte da despesa se concentrou nos encargos com pessoal.

Por outro lado, a categoria “**Bens e Serviços Correntes**” registou uma execução de apenas **12,9%**, com pagamentos de USD 247,7 mil. Relativamente à categoria “Capital Menor”, apesar de existir uma



**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

dotação orçamental de USD 3,35 milhões, ainda não foi registada qualquer execução financeira até ao período em análise.

Execução orçamental da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL)

Tabela 30 - Execução real da PNTL por Programas, até 21 de maio de 2026

Despesas			
Polícia Nacional Timor-Leste			
PROGRAMA	Orçamento	Pago	Execução %
Segurança Nacional	\$46 241 719,00	\$17 082 189,87	36,9%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	\$3 234 520,00	\$67 250,00	2,0%
Inclusão Social	\$35 057,00	\$,00	0%
Total Entidade	\$49 511 296,00	\$17 149 439,87	34,6%

Fonte: Portal da transparência do MdF

A execução do orçamento da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) por programas, até 21 de maio de 2026, atingiu no período, **34,6%**, correspondente a pagamentos no valor de USD 17,15 milhões, face ao orçamento total de USD 49,51 milhões.

O programa “Segurança Nacional” apresenta a maior dotação orçamental e o maior nível de execução, com 36,9%, equivalente a USD 17,08 milhões pagos, demonstrando que a maior parte das despesas se concentrou nas atividades operacionais e de segurança. Por outro lado, o programa “Funcionamento e Desenvolvimento Institucional” registou uma execução reduzida de apenas 2,0%, com pagamentos no valor de USD 67,250 mil. Relativamente ao programa “Inclusão Social”, apesar de existir uma dotação orçamental de USD 35 mil, ainda não foi executado nesta categoria financeira até ao período em análise.

Tabela 31 - Execução real da PNTL por Categorias de Despesa até 21 de maio de 2026

Despesas			
Polícia Nacional Timor-Leste			
Categorias	Orçamento	Pago	Execução %
Salários e Vencimentos	\$43 695 119,00	\$16 860 651,72	38,6%



**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Bens e Serviços Correntes	\$5 496 177,00	\$266 888,15	4,9%
Transferências Públicas	\$130 000,00	\$21 900,00	16,8%
Capital Menor	\$300 000,00	\$,00	0%
Total Entidade	\$49 511 296,00	\$17 149 439,87	34,6%

Fonte: Portal da transparência do Mdf

A categoria de Salários e Vencimentos regista a maior execução financeira, com USD 16,8 milhões pagos, equivalente a 38,6% do orçamento atribuído. Esta situação demonstra que a prioridade da execução continua concentrada nas despesas obrigatórias e permanentes relacionadas com os recursos humanos, assegurando o funcionamento regular da instituição e o cumprimento das responsabilidades salariais do Estado.

Por outro lado, a categoria de Bens e Serviços Correntes apresenta uma execução bastante reduzida, de apenas 4,9%, correspondente a USD 266 mil pagos de um orçamento superior a USD 5,3 milhões. Este nível de execução poderá indicar atrasos nos processos de aquisição, limitações administrativas ou dificuldades na implementação das atividades operacionais previstas. Tendo em conta que esta categoria suporta despesas essenciais ao funcionamento diário da polícia, manutenção, combustíveis e materiais operacionais, a baixa execução merece particular atenção.

Relativamente às Transferências Públicas, verifica-se uma execução de 16,8%, equivalente a USD 21,9 mil. Embora o montante seja relativamente reduzido no contexto do orçamento global, a execução permanece ainda limitada, podendo refletir atraso na concretização de compromissos institucionais ou cooperações previstas. Por seu turno, a categoria de despesas de **Capital Menor** não registava qualquer execução até data, permanecendo em 0%.

Execução orçamental da Autoridade de Proteção Civil

Tabela 32 - Execução real da Autoridade de Proteção Civil, por Programas, até 21 de maio de 2026

Despesas			
Autoridade de Proteção Civil			
PROGRAMA	Orçamento	Pago	Execução %
Segurança Nacional	\$6 390 944,00	\$2 491 765,51	39,0%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	\$1 339 343,00	\$215 003,81	16,1%



**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

Total	\$7 730 287,00	\$2 706 769,32	35,0%
--------------	---------------------------	---------------------------	--------------

Fonte: Portal da transparência do MdF

A **execução orçamental da Autoridade de Proteção Civil** até ao dia 21 de maio de 2026 apresentava uma taxa global de execução de **35,0%**, correspondente a pagamentos no montante de USD 2,7 milhões, face a um orçamento total de USD 7,7 milhões.

O programa de “Segurança Nacional” concentra a maior parcela do orçamento da instituição, com uma dotação de USD 6,3 milhões, dos quais foram executados USD 2,49 milhões, correspondendo a uma taxa de execução de 39,0%. Este nível de execução indica que as prioridades da Autoridade de Proteção Civil continuam centradas nas atividades operacionais, nomeadamente prevenção, resposta a emergências, gestão de riscos e proteção das populações. Ainda assim, permanece por executar uma parte significativa do orçamento, o que requer monitorização contínua da capacidade de implementação das ações previstas.

Por outro lado, o programa de “Funcionamento e Desenvolvimento Institucional” apresenta uma execução mais reduzida, de 16,1%, equivalente a USD 215 mil pagos de um orçamento de USD 1,3 milhões. Esta taxa poderá refletir atrasos na execução de atividades administrativas, formação institucional, reforço de capacidades técnicas ou investimentos destinados ao desenvolvimento organizacional.

Tabela 33 - Execução real da Autoridade de Proteção Civil, por Categorias de Despesa, até 21 de maio de 2026

Despesas			
Autoridade de Proteção Civil			
Categorias	Orçamento	Pago	Execução %
Salários e Vencimentos	\$4 088 246,00	\$1 917 159,51	46,9%
Bens e Serviços Correntes	\$2 877 041,00	\$428 209,81	14,9%
Transferências Públicas	\$765 000,00	\$361 400,00	47,2%
Total	\$7 730 287,00	\$2 706 769,32	35,0%

Fonte: Portal da transparência do MdF

A categoria de Salários e Vencimentos evidencia a maior execução financeira, com pagamentos a atingirem USD 1,9 milhões no período, equivalentes a 46,9% do orçamento previsto para esta categoria. Este nível de execução demonstra que a prioridade da despesa continua centrada no



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

funcionamento regular da instituição e na garantia do pagamento das remunerações dos funcionários e agentes da Autoridade de Proteção Civil.

As Transferências Públicas registam igualmente uma execução significativa de 47,2%, correspondente a USD 361 mil pagos de um orçamento de USD 765 mil. Esta taxa indica um nível relativamente elevado de concretização das transferências previstas, podendo estar relacionada com apoios institucionais, programas de cooperação ou financiamento de atividades específicas ligadas à proteção civil e gestão de emergências.

Por outro lado, a categoria de Bens e Serviços Correntes apresenta uma execução reduzida de apenas 14,9%, com pagamentos de USD 428 mil face a uma dotação orçamental de USD 2,8 milhões.

6. Conclusões

Após apreciação da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado Retificativo para 2026, bem como dos contributos apresentados pelas entidades ouvidas, a Comissão B conclui o seguinte:

1. A proposta de alteração orçamental procura responder a necessidades emergentes do Estado em contexto económico e internacional desafiante;
2. As áreas da política externa, defesa e segurança continuam a assumir importância estratégica para o Estado;
3. O processo de integração plena de Timor-Leste na ASEAN exige continuidade do reforço institucional das entidades relevantes;
4. O reforço da coordenação interinstitucional permanece essencial para responder aos desafios de segurança e cooperação regional;
5. As entidades ouvidas manifestaram preocupações relativamente ao impacto operacional de determinadas reduções orçamentais;
6. Em particular, as reduções propostas para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (USD 213,000) e para as F-FDTL (USD 105,000) poderão produzir impactos em determinadas atividades institucionais e operacionais;
7. A Comissão considera pertinente recomendar a ponderação da manutenção das referidas dotações, tendo em conta as necessidades operacionais e institucionais das respetivas entidades;
8. O reforço da capacidade institucional continua relevante para assegurar a representação externa e os compromissos internacionais do Estado;
9. A estabilidade institucional e a capacidade operacional das entidades do setor da defesa e segurança constituem fatores importantes para a segurança nacional;



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA (COMISSÃO B)

10. A execução orçamental deverá continuar sujeita a mecanismos adequados de acompanhamento e fiscalização parlamentar;
11. A Comissão considera importante assegurar equilíbrio entre contenção orçamental e capacidade funcional das instituições estratégicas do Estado.

7. Recomendações

A Comissão B recomenda:

- a) A ponderação da manutenção das reduções orçamentais propostas para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (USD 213,000) e para as F-FDTL (USD 105,000), tendo em conta as respetivas necessidades operacionais e institucionais;
- b) O reforço do acompanhamento da execução orçamental das instituições sob tutela da Comissão B;
- c) A continuidade do fortalecimento institucional nas áreas da política externa, defesa, segurança e proteção civil;
- d) O reforço da preparação institucional de Timor-Leste no contexto do processo de integração na ASEAN;
- e) O reforço da coordenação interinstitucional em matérias de segurança nacional e cooperação regional.

8. Parecer

A Comissão B – Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança, tendo apreciado a Proposta de Lei n.º 31/VI (3.ª), relativa à Primeira Alteração à Lei n.º 8/2025, de 27 de novembro, Orçamento Geral do Estado para 2026, é de parecer que a iniciativa reúne condições para apreciação pelo Plenário do Parlamento Nacional, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis.

A Comissão sublinha, sem prejuízo do parecer da comissão competente em matéria de finanças públicas, a importância de assegurar o acompanhamento parlamentar da execução das dotações com impacto nas áreas da política externa, segurança interna, defesa, proteção civil, migração e gestão de fronteiras.



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA
(COMISSÃO B)**

8. APROVAÇÃO

O presente Relatório e Parecer Setorial foi apreciado e aprovado pela Comissão B – Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança, em reunião realizada em 25 de maio de 2026, com os seguintes votos:

- Votos a favor: 7
- Votos contra: 0
- Abstenções: 0

Dili, aos 25 de maio de 2026

O PRESIDENTE

Deputado Domingos Augusto "Deker"

A RELATORA

Deputada Sancha Margarida Tilman